

Morte de criança reacende regulação das redes sociais

Menina de 8 anos morreu após desafio de inalar desodorante

Por Gabriela Gallo

A senadora Leila Barros (PDT-DF) apresentou, nesta quarta-feira (16) o projeto de lei (PL) nº 1.698/2025 para criminalizar a indução, instigação ou auxílio à participação de crianças e adolescentes em desafios que representem risco à saúde ou à segurança. O PL é uma reação direta a morte de Sarah Raissa Pereira de Castro, de apenas 8 anos. Ela morreu no domingo (13) após inalar desodorante de aerosol para um desafio que circula nas redes sociais. Com isso, o projeto de Leila Barros propõe incluir na atual legislação penas voltadas exclusivamente para os “desafios virais”, como são conhecidos no meio virtual, com foco em prevenir os que coloquem em risco a integridade física e mental de menores de idade. O texto será analisado pelas comissões permanentes da Casa.

Se aprovado da forma como se encontra, o texto inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) penas que podem variar de 1 a 5 anos de reclusão e multa para quem induzir, instigar ou promover esses desafios. Em caso de desafios que envolvam substâncias tóxicas ou risco de lesões físicas graves ou mentais, a pena aumenta para 2 a 8 anos de prisão e, em casos que resultem em morte, as penas aumentarão de 6 a 12 anos de reclusão mais o pagamento de multa.

“Não podemos normalizar que a internet seja um ambiente onde tudo é permitido. A morte de Sarah, assim como a de tantas outras crianças e adolescentes, não pode ser em vão. É preciso responsabilizar quem cria, divulga ou instiga esse tipo



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Comissão começará a discutir regulação das redes

de conteúdo perigoso”, declarou a senadora.

Para além de Leila, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, encaminhou nesta terça-feira (15) para as plataformas digitais TikTok e Kawaii um ofício que determina a providência das empresas para assegurar a proteção da integridade física e psicológica de crianças e adolescentes que acessam as plataformas.

Entenda

Na última quinta-feira (10), Sarah Raissa Pereira de Castro tentou realizar uma “trend” (tendências de conteúdos nas redes sociais) do “desafio do desodorante”, que consiste em uma competição para ver quem consegue inalar uma quantidade de desodorante aerosol por mais tempo.

Ela foi encontrada desmaiada em casa pela família após sofrer uma parada car-

diorrespiratória e foi encaminhada às pressas para o Hospital Regional de Ceilândia, no Distrito Federal, onde ficou internada por três dias. Mas no domingo ela faleceu.

A morte das crianças em decorrência de um desafio nas redes sociais, pressiona as discussões acerca da regulação das redes sociais. O projeto voltado para a regulamentação das redes nunca avançou devido a falta de acordo entre parlamentares do Congresso, especialmente os mais conservadores, que no geral se mostraram contrários a qualquer regulamentação das redes.

Necessidade

Ao Correio da Manhã, o especialista em Marketing Digital e idealizador do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial (IRIA) Marcelo Senise avalia que os casos “escancaram a necessidade de discutir seriamente a regulamentação das plata-

formas digitais, principalmente para proteger os mais vulneráveis de conteúdos perigosos e inadequados”.

Um dos principais pontos que entram em conflito quanto ao debate da regulamentação das redes se trata de um eventual limite à liberdade de expressão – que não é ampla perante a Constituição brasileira. “Ela não pode servir como escudo para irresponsabilidade, desinformação ou promoção de comportamentos de risco”.

“O caminho para garantir a segurança no ambiente digital está justamente na responsabilização: de quem cria, posta e dissemina conteúdos perigosos ou danosos”.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já se comprometeu a criar a comissão para discutir o projeto de regulamentação das redes sociais. Segundo as informações, a comissão irá ouvir especialistas para unificar mais de 200 projetos que tramitam.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Hugo Motta decidiu ouvir o colégio de líderes

Maioria dos líderes não assinou urgência de anistia

A maioria dos integrantes do colégio de líderes da Câmara não assinou o pedido para que seja votado o pedido de urgência que prevê anistia para acusados e condenados pela tentativa de golpe de Estado.

Entre os que não demonstraram apoio ao projeto estão líderes das bancadas do Republicanos, PSD, União Brasil, Podemos e PRD — a maior

parte dos deputados desses partidos assinou o requerimento.

Esta semana, num post em que não referiu diretamente à proposta de anistia, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ressaltou a necessidade de discutir com o colégio de líderes as pautas que precisavam avançar. O coletivo só vai se reunir na próxima quinta-feira.

Acordos

De 20 líderes listados pelo site da Câmara, 15 deixaram de assinar o requerimento (a lista inclui também partidos como MDB e PSDB). Isso, porém, não significa que o pedido de urgência ficará parado por lá. O colégio de líderes é um espaço de busca de acordos.

Tempo

Ao jogar a responsabilidade para o coletivo, Motta procurou ganhar tempo para viabilizar uma proposta que permita diminuição de penas de condenados e impeça a impunidade dos que foram denunciados como líderes da tentativa de golpe, como Jair Bolsonaro.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Maioria quer evitar ficar nos extremos

Deputados não alinhados temem desgaste

Com a decisão de tocar a bola pro lado, Motta procurou interpretar o sentimento de boa parte da Câmara, não alinhada ao PT nem ao bolsonarismo.

Esse grupo tem viés conservador, boa parte de seus integrantes assinou o requerimento de urgência, mas a maioria prefere evitar um embate.

O cálculo é simples: o

voto, nesse caso, tende a gerar mais problemas do que lucro. Se votarem contra a anistia, serão alvo de xingamentos da extrema direita, mas não ganharão eleitores de esquerda.

O mesmo ocorrerá se ficarem a favor da proposta. Os bolsonaristas ficarão felizes com eles, mas votarão em candidatos mais radicais em 2026.

Cinco mil

A polícia fluminense atingiu, no último dia 7, a marca de cinco mil operações policiais em favelas desde que, em 2020, passou a obedecer normas definidas pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal. As regras não impediram a continuidade dessas incursões.

Na Baixada

O complexo de favelas do Castelar, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, foi a comunidade que recebeu a operação de número cinco mil. Em cinco anos, a comunidade foi alvo de outras 67 incursões da polícia. No dia 3, o STF amenizou suas exigências.

Aumentou geral

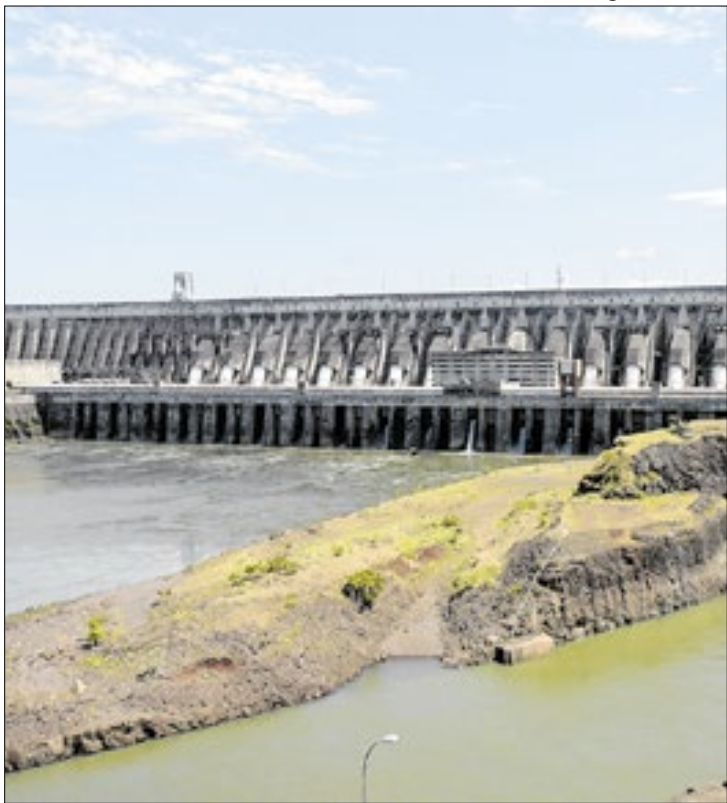
Publicado pelo CESeC, o último número do Boletim Crime no Rio registra que, nos dois primeiros meses de 2025, houve, no estado, aumento em todos os crimes monitorados em relação ao mesmo período de 2024. Entre eles, homicídios dolosos e roubos.

Mais do dobro

De acordo com os dados, em algumas cidades os homicídios mais do que dobraram. Em Volta Redonda, subiram 130,8%, de 13 para 30; em Nova Iguaçu, 123%, de 26 para 58. As mortes por intervenção policial, que caíram em 2024, subiram 27,8% no bimestre.

Abin manda agente ao Paraguai para minimizar crise

Joédson Alves/Agência Brasil



Ação buscaria informações sobre a hidrelétrica de Itaipu

Ramírez, em Buenos Aires. Segundo postagem do Itamaraty, de sexta-feira (11), os dois “trataram de formas para avançar na resolução de temas bilaterais, como as negociações sobre o Anexo C do Tratado de Itaipu, obras de infraestrutura e questões de segurança”.

Em pauta, também estavam “as apurações em curso no Brasil para esclarecer operação de inteligência determinada previamente em relação ao Paraguai, cujos resultados serão comunicados às autoridades paraguaias tão logo sejam tornados públicos”.

Em depoimento à Polícia

Federal, ao qual à reportagem também teve acesso, um servidor da agência afirmou que a investida contou com autorização do atual diretor-geral da Abin de Lula, Luiz Fernando Corrêa - o que o governo brasileiro nega.

Ação hacker

A ação hacker, executada fora do Brasil, teria resultado na captura de dados de diversas autoridades paraguaias. No depoimento, o servidor mencionou, entre os alvos, os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, além do chefe da Casa Civil paraguaio.

Reservadamente, servidores da Abin afirmam haver o receio de que o Paraguai descredencie a adida de inteligência, o que a obrigaria a encerrar a missão antecipadamente e retornar ao Brasil.

O posto é ocupado por uma ex-chefe de gabinete do deputado federal e ex-diretor-geral da Abin Alexandre Ramagem (PL-RJ) - ocupantes de cargos da Abin têm os nomes mantidos sob sigilo.

Quando deixou a Abin para disputar as eleições, em 2021, Ramagem indicou para o cargo Victor Carneiro - apontado no depoimento do servidor como o diretor-geral da Abin à época em que a operação foi iniciada.

Reação

O caso veio à tona no dia 31 de março, exigindo uma reação das autoridades brasileiras.

Em reunião na Casa Civil, ministério ao qual a Abin é subordinada, foi discutido o teor de uma nota divulgada, horas depois, pelo Ministério das Relações Exteriores.

No texto, o governo brasileiro afirmou que a ação foi autorizada, em junho de 2022, pela administração passada. Mas foi tornada sem efeito pelo diretor interino da agência - indicado por Lula (PT) - em 27 de março de 2023, “tão logo a atual gestão tomou conhecimento do fato”.

Catia Seabra e Thaísa Oliveira (Folhapress)